

**POSSIBILIDADES DA INCLUSÃO DAS ORGANIZAÇÕES DE CATADORES DE MATERIAIS
RECICLÁVEIS DE CAMPINA GRANDE – PB NO PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE
RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO**

RAÍSA TAZIER MATIAS DE SOUSA

MARIA DE FÁTIMA NÓBREGA BARBOSA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

ERIVALDO MOREIRA BARBOSA
UNIVERSITÀ DEGLI STUDI DI MESSINA, UNIME, ITÁLIA.

1 INTRODUÇÃO

O crescimento acelerado dos centros urbanos favorece o aumento da utilização dos recursos naturais, o que vem gerando graves problemas ambientais, como o acúmulo de resíduos sólidos em locais inapropriados. Tal questão impulsionou os órgãos públicos no mundo todo para elaboração de leis, bem como estratégias para solucionar esse problema.

Em agosto de 2010 foi sancionada no Brasil a lei nº 12.305 que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos e dispõe sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas ao manejo dos resíduos nas mais diversas instâncias. Dentre os pontos mais fortes da lei, destacam-se o princípio da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos resíduos pós-consumo; a obrigatoriedade dos sistemas de logística reversa; a inativação dos lixões e a exigência do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

Até o ano de 2014 todos os municípios e estados do País deveriam apresentar o plano de gestão integrada de resíduos sólidos, priorizando a inclusão dos catadores de materiais recicláveis nesse processo, reconhecendo-os como agentes imprescindíveis à Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (SOUZA; SILVA; BARBOSA, 2014). O prazo estipulado em lei para elaboração dos planos e erradicação dos lixões não foi cumprido por grande parte dos municípios e estados brasileiros, permanecendo a necessidade de priorizar este processo no País.

A reciclagem destaca-se entre as estratégias para solucionar os problemas gerados pelo acúmulo de resíduos sólidos e é parte importante no plano de gestão desses resíduos, requerendo, no entanto, a coleta seletiva na fonte e o repasse do material reciclável aos catadores. Segundo dados do CEMPRE (2010), desde 2008 o Brasil lidera a reciclagem de latas de alumínio e PET. Essa expansão pode ser explicada por alguns fatores, tais como, desenvolvimento industrial do país, aceleração da urbanização e maior conscientização da população brasileira pela temática socioambiental (DEMAJOROVIC et al., 2014).

Destaca-se ainda, o trabalho exercido por milhares de catadores de materiais recicláveis como o principal responsável pelo sucesso do mercado de reciclagem no país (JACOBI; BESEN, 2011). Trabalho este, que se apoia na exploração da atividade realizada por eles, uma vez que exercem o seu trabalho sob péssimas condições, são alvos de discriminação e preconceito, e, os valores pagos pelo material coletado são extremamente baixos (PEREIRA; TEIXEIRA, 2011; SOUZA; SILVA; BARBOSA, 2014; CARMO; ARRUDA, 2010; CAVALCANTE et al., 2012; MAIA et al., 2013; MEDEIROS; MACÊDO, 2007).

A Política Nacional de Resíduos Sólidos incentiva a organização, inclusão e o reconhecimento dos catadores de materiais recicláveis, com isso, esses profissionais ficaram em evidência (PEREIRA; TEIXEIRA, 2011). A sociedade é estimulada cada vez mais a reconhecê-los pelo trabalho que exercem, provocando mudanças de atitudes frente a problemática do acúmulo de resíduos sólidos e o consumo desenfreado (BRINGHENTI; GUNTER, 2011).

Diante de condições sub-humanas de trabalho e de vida, os catadores de materiais recicláveis foram buscando se organizar em cooperativas ou associações como estratégia para amenizar o cenário precário de seu exercício profissional. Segundo Magera (2003), as organizações de catadores de materiais recicláveis são compostas por pessoas que se unem, voluntariamente, para alcançar objetivos na área econômica, social e cultural. Sua criação acontece de modo informal e/ou formal por parte de seus agregados e recebe apoio das instituições sociais e governamentais. A organização desses trabalhadores é importante, pois amplia as suas possibilidades e estabelece uma direção para suas reivindicações (CARVALHO, 2008).

Dentre os principais fatores que garantem o sucesso de uma cooperativa ou associação de catadores de materiais recicláveis, está a comercialização eficiente dos materiais recicláveis,

de maneira que, quanto menos intermediários existirem no processo, maior será a margem de lucro obtida por eles. Para isso, é necessário também uma boa qualidade dos materiais selecionados, sendo indispensáveis a coleta seletiva e o recebimento do material segregado; escala de produção e de estocagem e regularidade na produção (MONTEIRO et al., 2001).

Como não trabalham com grandes quantidades, os catadores não conseguem vender direto para a indústria. E, sem estrutura mínima, como armazenar adequadamente a sucata ou apresentar nota fiscal, tornam-se dependentes dos atravessadores (DEMAJOROVIC et al., 2014). Além disso, as organizações de catadores de materiais recicláveis enfrentam problemas de autonomia e organizacionais, incluindo relações pessoais e deficiências de gestão (JACOBI; BESEN, 2011). A boa administração das organizações de catadores de materiais recicláveis é importante para garantir a sua produtividade, eficiência, segurança e o bom relacionamento entre esses trabalhadores, e, conseqüentemente a sua inclusão efetiva na Gestão Integrada de Resíduos Sólidos dos municípios.

Em Campina Grande-PB, quatro organizações de catadores de materiais recicláveis formalizadas (ARENISA, CATAMAIS, CAVI, COTRAMARE) atuam na coleta de resíduos sólidos segregados de porta em porta, atingindo diversas áreas do município, sendo eles, os maiores responsáveis pela diminuição da quantidade de resíduos sólidos que é enviada para a disposição final pela Prefeitura Municipal. Ainda assim, observa-se inúmeros desafios a serem superados, uma vez que mesmo com os benefícios alcançados advindos da organização, tais como: o recebimento de material segregado, local para acondicionamento e triagem dos materiais recicláveis, menor exposição às condições insalubres de trabalho, minimização dos impactos socioambientais e aumento da autoestima (CAVALCANTE et al., 2013), esses trabalhadores ainda vivem e exercem o seu ofício em condições precárias, conforme comprovou Souza et al., (2014).

Este estudo parte da premissa de que as organizações de catadores de materiais recicláveis ao serem bem gerenciadas e fortalecidas em torno da cadeia de reciclagem, observando o princípio da sustentabilidade e da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos resíduos sólidos pós-consumo, aumentam as suas possibilidades de uma inclusão efetiva na Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

Nesse contexto e observando o potencial do mercado da reciclagem no Brasil e na Paraíba, o seguinte questionamento norteia esse trabalho: Quais são as possibilidades para o fortalecimento das organizações de catadores de materiais recicláveis que atuam em Campina Grande – PB, de maneira a favorecer a sua inclusão efetiva na Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do município? Assim, para responder ao problema de pesquisa foi traçado o seguinte objetivo: avaliar as organizações de catadores de materiais recicláveis sob os aspectos sociais, políticos, econômicos, técnicos, institucionais e ambientais no município de Campina Grande – PB, verificando a possibilidade de sua inclusão efetiva na Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do município, observando o princípio da sustentabilidade.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Problemática dos resíduos sólidos no Brasil

A revolução industrial e o crescimento econômico aliados à urbanização vem gerando impactos ambientais negativos na sociedade, que também são de ordem social, econômica e política. Dentre estes, está o acúmulo de resíduos sólidos em locais inadequados. Abreu et al. (2008) e Oliveira (2011) afirmam que o desenvolvimento industrial e o consumismo exagerado têm sido as causas principais para a geração de grande quantidade de resíduos. Estes são misturados e lançados ao Meio Ambiente sem nenhuma preocupação. Além do acréscimo na quantidade, os resíduos produzidos atualmente passaram a abrigo em sua composição

elementos sintéticos e perigosos aos ecossistemas e à saúde humana, em virtude das novas tecnologias incorporadas ao cotidiano (GOUVEIA, 2012).

Dentre os problemas que o acúmulo inadequado dos resíduos sólidos pode provocar, destacam-se os de ordem ambiental, exemplificado pelo esgotamento de recursos naturais renováveis e não renováveis; aumento do efeito estufa e do buraco na camada de ozônio e diferentes tipos de poluição. Além da poluição visual que destrói as paisagens naturais. Os de ordem sanitária, que causam diretamente doenças à comunidade, através de vetores e roedores (SILVA et al., 2011). Os de ordem econômica e social, causados pelo desperdício de materiais com potencial de reciclagem e a formação dos lixões que atraem grande quantidade de pessoas em situação de miséria e, que encontra no exercício da catação de material reciclável, uma fonte de renda (ABREU, 2001).

Segundo dados do Panorama de Resíduos Sólidos no Brasil, elaborado pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE, 2014), são gerados em média, 215.297 toneladas de resíduos sólidos urbanos por dia no País, sendo 1,062 kg produzidos em média, por habitante/dia. Esses números indicam franca ascensão, uma vez que apresentam aumento em relação aos números do ano anterior. Esse padrão é similar ao de alguns países da União Europeia.

Apesar do aumento significativo nos últimos dez anos, apenas 58,4% dos resíduos sólidos urbanos coletados têm disposição final adequada. A outra parcela, que corresponde a 41,6% do que é coletado e totaliza 29,6 milhões de toneladas por ano, é depositada em lixões e aterros controlados, que pouco se diferenciam dos lixões, em termos de impacto ambiental (ABRELPE, 2014).

Segundo Maia et al. (2013), para que haja a solução desses dilemas, é necessária a união de esforços da sociedade e dos poderes públicos, no sentido de elaborar uma política de gestão ambiental, visando eliminar ou amenizar tais efeitos. No entanto, vale ressaltar que para haver o funcionamento efetivo de um sistema de gestão de resíduos sólidos, este deve contemplar, além de um local de disposição final adequado, a separação dos resíduos e a coleta seletiva dos mesmos, a fim de viabilizar o seu encaminhamento para as indústrias de reciclagem, estando na base desse processo, as ações de educação ambiental.

A educação ambiental reacende o fogo da esperança e dissipa o calor da mudança. Neste viés, por seu caráter crítico, transformador e emancipatório, a educação ambiental configura-se em um importante instrumento da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (SILVA et al., 2012). Assim, compreender o conceito de Resíduos Sólidos e como eles se caracterizam é o ponto de partida para a percepção do espaço que os resíduos sólidos ocupam no meio ambiente e, a consequente mudança de atitude frente a problemática.

2.2 Gestão integrada de resíduos sólidos

Diante do atual cenário de degradação ambiental e ascensão diária de produção e de acúmulo de resíduos sólidos no Brasil, mudanças de postura por parte do poder público e de diversos setores da sociedade foram e são necessárias para a solução e/ou mitigação desses problemas em consonância com o desenvolvimento sustentável proposto para os territórios.

De acordo com o Guia para Elaboração dos Planos de Gestão dos Resíduos Sólidos (BRASIL, 2011) a Política Nacional de Resíduos Sólidos (12.305/2010) definiu o desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas para minimizar os impactos ambientais negativos, e o desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos sólidos, inclusive a recuperação e o aproveitamento energético.

A Lei Federal de Consórcios Públicos (11.107/2005), que regulamenta o artigo 241 da Constituição Federal, estabelece normas gerais para a contratação de consórcios públicos (prestação regionalizada de serviços públicos) e, foi instituída pela Lei Federal de Saneamento Básico (11.445/2007), que é incentivada e priorizada pela PNRS. O modelo de consórcio prevê a atuação de equipes técnicas permanentes e capacitadas e o compartilhamento de diferentes instalações e equipamentos, potencializando os investimentos para as coletas seletivas obrigatórias. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) incentiva a implantação desse modelo e prevê a erradicação de lixões até 2021 para municípios com menos de 50 mil habitantes. Esse prazo decresce para os municípios com maior número de habitantes e de recursos financeiros.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei 12.305/2010 (BRASIL, 2010a) constituiu o marco regulatório completo para o setor de resíduos sólidos. Harmoniza-se com diversas leis, tais como: Lei Federal de Saneamento Básico, Lei de Consórcios Públicos, Política Nacional do Meio Ambiente (6.938/1981) e a de Educação Ambiental (9.795/1999), dentre outros documentos importantes.

Entre os instrumentos criados pela Política Nacional de Resíduos Sólidos merecem destaque a implementação do princípio da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos; a inclusão dos catadores de materiais recicláveis nas ações que envolvam essa responsabilidade; os sistemas de logística reversa; a elaboração dos planos de gestão dos resíduos sólidos como condição para os municípios terem acesso a recursos da União. Esses recursos são destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos ou para fomento de tal finalidade, sendo priorizados aqueles municípios que implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais recicláveis, tendo a contratação prevista dispensável de licitação. E, a proibição de catação e utilização de rejeitos dispostos como alimentação nas áreas de disposição final de resíduos sólidos.

Além disso, a PNRS estabelece a seguinte hierarquia na gestão dos resíduos sólidos: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final (BRASIL, 2011), pautando-se nos princípios de educação ambiental e na conseqüente, mudança de atitudes e alteração dos padrões de consumo por parte de toda a sociedade. Essa hierarquia deixa de ser voluntária e passa a ser obrigatória, tendo sido muito importante para direcionar os planos de gestão de resíduos sólidos em todo o território nacional, favorecendo a inclusão e o reconhecimento dos catadores de materiais recicláveis.

A Gestão Integrada de Resíduos Sólidos é definida pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (12.305/2010) como o conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, sob a premissa do desenvolvimento sustentável. Inclui a redução dos resíduos na fonte geradora, na disposição final, a maximização do reaproveitamento do solo, da coleta seletiva, a reciclagem com a inclusão dos catadores de materiais recicláveis, a compostagem e a recuperação de energia. Dessa maneira, as parcerias realizadas entre as administrações municipais e as organizações de catadores de materiais recicláveis reduzem o custo dos programas e tornam-se modelo de política pública de resíduos sólidos, com inclusão social e geração de renda apoiada por entidades da sociedade civil (RIBEIRO; BESEN, 2007).

Segundo Mendonza et al. (2010), a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos corresponde ao uso de práticas combinadas para lidar com os resíduos de forma segura e eficiente. Deve ser observado o princípio dos 5Rs: reduzir a produção de resíduos, reutilizar, reciclar, repensar as atitudes que degradam o meio ambiente e realizar educação ambiental (SILVA, 2014).

Se manejados adequadamente, os resíduos sólidos adquirem valor comercial e várias frentes de oportunidades como: a reutilização; a reciclagem; maior valor agregado ao material a ser reciclado; melhores condições de trabalho dos catadores de materiais recicláveis; a compostagem; menor demanda da natureza; o aumento do tempo de vida dos aterros sanitários

e menor impacto ambiental quando da disposição final dos rejeitos, uma vez que os resíduos sólidos podem ser utilizados como novas matérias-primas ou novos insumos, propiciando a economia de recursos naturais e energia (BRASIL, 2014a).

A Pesquisa Nacional de Saneamento, realizada pelo IBGE (BRASIL, 2010b) revela que dos 5.564 municípios existentes no Brasil, apenas 18% apresentam programas de coleta seletiva. De acordo com o Panorama de Resíduos Sólidos no Brasil (ABRELPE, 2014), as iniciativas de coleta seletiva somaram o percentual de 64,8%, porém, grande parte dessas iniciativas consiste apenas na distribuição de pontos de entrega voluntária e/ou não atingem todo o território do município.

De acordo com a pesquisa realizada por Simonetto e Borenstein (2005), os programas de coleta seletiva, instalados nos municípios, usualmente, funcionam de forma ineficiente.

Dessa maneira, a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos compreende o planejamento de todo o processo. Antes, porém, é necessário o diagnóstico do município, bem como o levantamento de suas potencialidades. Também é essencial o envolvimento de vários setores da sociedade, principalmente dos catadores de materiais recicláveis, que devem estar cientes dos benefícios e dos desafios da implantação das operações de gerenciamento de resíduos, uma vez que são agentes indispensáveis no processo de gestão ambiental, pois permitem o retorno dos materiais recicláveis aos meios de produção. De acordo com Nóbrega et al. (2005), cerca de 90% do material reciclável que alimenta as indústrias em todo o Brasil, são coletados pelos catadores de materiais recicláveis.

2.3 O papel das organizações de catadores de materiais recicláveis na gestão integrada de resíduos sólidos

De acordo com dados do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR, 2015), estima-se que o número de catadores que atua no País seja de aproximadamente 800 mil trabalhadores e, que existam cerca de 600 cooperativas formais em todo Brasil, que reúnem aproximadamente 40 mil catadores de materiais recicláveis. Esses profissionais têm na coleta de resíduos sólidos a sua fonte de renda.

Medeiros e Macedo (2007) afirmam que os catadores de materiais recicláveis se auto empregam, mas, na realidade, eles vendem sua força de trabalho à indústria da reciclagem, sem, contudo, terem acesso à seguridade social do mundo do trabalho. A rotina diária do catador de materiais recicláveis é exaustiva e realizada em condições precárias, conforme cita Magera (2003).

Leal et al. (2002) concluem que o catador de material reciclável participa como elemento base de um processo produtivo bastante lucrativo, no entanto, paradoxalmente, trabalha em condições precárias, subumanas e não obtém ganho que lhe assegure sobrevivência digna.

Para Carmo (2005), os catadores de materiais recicláveis desconhecem completamente os aspectos que envolvem a logística do processo de reciclagem, fato que comumente é atribuído ao baixo nível de escolaridade. E, que constitui um forte impedimento para a obtenção de ganhos na atividade que executam (MAGERA, 2003).

De acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei 12.305/10 (BRASIL, 2010a), que instituiu a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos nos municípios e estados do País, priorizando a inclusão dos catadores de materiais recicláveis nesse processo, o poder público é o principal responsável por gerenciar os resíduos de forma correta. No entanto, isso não significa dizer que a população não tenha que contribuir, pelo contrário, a base da cadeia produtiva está na separação dos resíduos na fonte geradora e, ela é de grande importância, pois contribui para minimizar os impactos socioambientais e favorece a ação dos profissionais da catação, como estabelece o Decreto Federal 5.940 (BRASIL, 2006). Contudo, para que haja a

seleção na fonte geradora é imprescindível motivar, organizar, sensibilizar e mobilizar através de diferentes estratégias em educação ambiental, os catadores de materiais recicláveis e as famílias envolvidas na área de atuação desses profissionais (CAVALCANTE et al., 2012).

Segundo Pereira (2011), as primeiras experiências de organização de catadores de materiais recicláveis no Brasil surgiram a partir da década de 1980, nas cidades de Porto Alegre – RS, São Paulo – SP e Belo Horizonte – MG. Todas essas iniciativas foram motivadas pelo Movimento das Comunidades Eclesiais de Base dos seus respectivos estados. A partir dos anos 1990 até os dias atuais, foram desenvolvidas várias iniciativas para a formalização de cooperativas e associações de catadores no Brasil. Em virtude dessa disseminação das organizações de catadores de materiais recicláveis por todo País, eles foram aos poucos se fortalecendo e construindo a sua identidade perante o governo e a sociedade (SOUZA; SILVA; BARBOSA, 2014).

A articulação dos catadores de materiais recicláveis com o apoio de uma rede de organizações da sociedade civil deu origem, no ano de 2001, ao Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), a partir daí o tema da inclusão social e produtiva dos catadores de materiais recicláveis foi gradativamente ganhando repercussão no cenário nacional e algumas conquistas para esses trabalhadores foram alcançadas, tais como o reconhecimento e regulamentação da sua profissão pela Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2002).

A organização dos catadores de materiais recicláveis em associações e/ou cooperativas configura-se em uma alternativa de fortalecimento desses profissionais em busca de melhoria nas condições de trabalho, com estruturas físicas mais adequadas e oportunidades de ganhos econômicos, sociais, ambientais e de saúde pública. Entretanto, requer o processo de educação ambiental para a organização e valorização desses profissionais e para que as famílias adquiram o hábito de dispor seus resíduos sólidos à porta de suas residências, previamente selecionados (SILVA et al., 2010). Além disso, é preciso que as organizações de catadores de materiais recicláveis sejam bem administradas para estarem aptas a exercerem o seu exercício profissional com autonomia e eficiência, o que propiciará a inclusão desses trabalhadores de maneira produtiva nos sistemas de coleta seletiva dos modelos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, tornando-os seguros e viáveis.

3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1 Organizações de catadores de materiais recicláveis

Como objeto dessa pesquisa, as organizações de catadores de materiais recicláveis de Campina Grande – PB foram identificadas e, em seguida, foi estabelecido contato pessoal com todos os empreendimentos para que houvesse a facilitação para a coleta de dados. As visitas às sedes dos empreendimentos de catadores de materiais recicláveis foram tranquilas e a receptividade foi muito boa.

Em Campina Grande – PB há quatro organizações de catadores de materiais recicláveis formalizadas (ARENDA, CATAMAIS, COTRAMARE E CAVI) e uma em processo de formalização (CATA CAMPINA). A cooperativa COTRAMARE negou-se a dar entrevista, afirmando que os dados da cooperativa não poderiam sair de lá e que diversos estudantes já haviam realizado contato com a cooperativa, porém para eles, esse tipo de trabalho não tinha retorno algum.

Dessa maneira, a pesquisa foi realizada com as demais organizações de catadores de materiais recicláveis formalizadas (ARENDA, CATAMAIS E CAVI). O conhecimento detalhado acerca da realidade de trabalho e de vida desses profissionais é imprescindível para elaboração do diagnóstico da pesquisa e busca de soluções para o cenário enfrentado por eles.

3.2 Modelo de gestão das organizações de catadores de materiais recicláveis

De maneira geral, foi possível observar que as organizações de catadores de materiais recicláveis de Campina Grande-PB não possuem modelo de gestão definido. Falta planejamento estratégico interno e externo, planejamento financeiro, ações de marketing. Essas organizações não se percebem enquanto empreendimento e, por isso, não trabalham com uma visão empreendedora, pois o conhecimento é precário nessa área.

Apesar de existir formalmente, a estrutura organizacional desses empreendimentos não funciona na prática. É importante que as organizações de catadores de materiais recicláveis possuam um modelo que se auto gerencie a partir da sua própria organização interna. Esse é um dos maiores desafios atuais para esse grupo de profissionais, que possuem um histórico de analfabetismo e exclusão social.

3.4 Dificuldades externas e internas que as organizações de catadores de materiais recicláveis têm enfrentado

A ARENSA apresenta dificuldades na triagem (possuem duas mesas para triagem, mas por falta de espaço estão utilizando apenas uma que desmonta - ela é colocada na rua) e, no armazenamento dos materiais, falta de espaço, estrutura, carência de equipamentos, além dos problemas de relacionamento e organização.

Falta transparência na pesagem e nos dados da coleta, o que sempre gera conflito. Os dados são armazenados de forma desorganizada (notas e recibos do mês em uma pasta), uma aluna pós-graduanda da UEPB é responsável pela organização desses dados em quadro e tabelas.

O rejeito é colocado na rua para ser encaminhado pela prefeitura na coleta regular. Relatam também que as vezes ocorre de o carrinho de coleta quebrar no meio da rua, durante a coleta, sendo um grande transtorno para continuar com o trabalho e o retorno à sede.

Não apresentaram problemas legais. Porém, apenas a presidente da associação demonstrou algum conhecimento sobre a lei 12.305/2010. No momento da entrevista, alguns catadores começaram a discutir alegando que a lei não lhes servia de nada, enquanto outros discordavam. Comprovando a falta de conhecimento real da legislação.

O estudo desenvolvido por Farias (2012), demonstra que a cooperação entre os grupos é mais formal do que real, na medida em que se espera que uma organização de catadores (cooperativa ou associação) seja capaz de ampliar os laços sociais e econômicos, e possibilite relacionamentos em forma de rede com alta densidade, favorecendo a coesão e evitando a dispersão dos membros.

Dentre as dificuldades enfrentadas pela Catamais, a presidente da cooperativa relatou, entre outros aspectos, o fato de poucas cooperadas estarem dispostas a participar e falar nos eventos e também, nas campanhas de educação ambiental e formação, o que dificulta o crescimento da organização e a maior adesão das residências à coleta seletiva realizada por elas. Além disso, foi observado que só a presidente apresentava algum conhecimento sobre a Lei 12.305/2010, tendo se referido a ela como a “lei do catador”.

Dentre as dificuldades enfrentadas pela CAVI, a presidente da associação destaca os problemas relacionais e afirma que “sempre que se trabalha com muita gente se está passível de discussões e desentendimentos, mas logo se resolvem”. Para ela, esses conflitos são normais.

A presidente da associação relata ainda que, na maioria das vezes, as catadoras são mal recebidas nas casas em que realizam as coletas. Segundo ela, “tem muita gente que grita,

que não recebe a gente ou que diz que não vai juntar lixo pra gente não porque dá mosquito e bichos...” Ela afirma que a associação realiza as campanhas de Educação Ambiental, mas não veem resultados. Ela diz que os panfletos voltam junto com o “lixo” e que coletam mais lixo do que material.

3.5 Fatores que devem ser aprimorados na gestão interna das organizações de catadores de materiais recicláveis

A presidente da CAVI vê como positiva a maneira como elas estão organizadas atualmente e afirma que antigamente era pior. Ela relata que atualmente, as associadas conseguem se controlar mais nas discussões, e, para ela, é preciso aumentar a adesão e participação das associadas nas reuniões de planejamento da associação. Ela também reforça que é importante trabalhar o relacionamento entre as associadas para que elas saibam lidar melhor umas com as outras.

Com relação aos aspectos técnicos, a presidente da associação CAVI afirma que é necessário fazer o conserto do forno de derretimento do vidro que está quebrado, pois, assim será possível a fabricação de peças mais bonitas e variadas, que tenham demanda, podendo aumentar a renda das associadas.

3.6 Principais parceiros das organizações de catadores de materiais recicláveis

As principais parcerias citadas pelas ARENSA foram: a Universidade Estadual da Paraíba (através de professora responsável por projetos financiados e alunos envolvidos nesses projetos), a prefeitura municipal, o Governo Federal (através de financiamentos e alguns programas de fomento à esses trabalhadores), o CENTRAC (execução de projetos financiados pelo governo federal), a Rede Cata PB (formação, mobilização e articulação em rede dos catadores formais e informais da Paraíba), CEREST (Saúde do trabalhador), SESUMA Campina Grande e, o Projeto Coca Cola (doação de EPI's e equipamentos técnicos para favorecer o trabalho dos catadores de materiais recicláveis).

Os principais parceiros citados pela Catamais, foram: o CENTRAC, CEREST (saúde e trabalho), Rede Cata PB (projetos) e o projeto Coca Cola. A presidente da cooperativa afirma que a relação com os apoios é muito boa.

No que diz respeito ao projeto Coca Cola, a presidente da Catamais relata que elas não foram muito beneficiadas por esse projeto, porque eles exigiam altas taxas de coleta, as quais a cooperativa dificilmente atingia.

A falta de gestão dos resíduos sólidos e a seleção na fonte geradora contribuem para aumentar os impactos negativos sobre a saúde dos catadores de materiais recicláveis, uma vez que este tipo de atividade é considerado de risco, na medida em que os resíduos não são acondicionados e destinados adequadamente (RIBEIRO et al., 2011).

A presidente da CAVI afirma que o principal apoio que recebem é o da professora da UFCG, responsável pelos projetos financiados junto a associação. Aparentemente, as associadas não possuem uma relação muito boa com os demais apoios e, ela relata que esses apoios estão mais relacionados às reuniões junto a prefeitura municipal, mas de “conseguir as coisas... tudo que tem dentro da CAVI é da professora que nos apoia”. A CAVI apresenta uma relação muito forte de dependência da referida professora.

3.7 Gestão dos resíduos sólidos no município de Campina Grande – PB segundo as organizações de catadores de materiais recicláveis

A presidente da associação ARENSA relata que a Gestão dos Resíduos Sólidos em Campina Grande está boa, para ela essa gestão está melhorando e funciona bem. Nota-se que os associados se sentiam intimidados com o termo “Gestão de Resíduos Sólidos”, ficando meio confusos, o que demonstra o pouco conhecimento acerca da temática.

Com relação à participação no PMGRS de Campina Grande, a presidente da ARENSA relatou que o Plano estava sendo elaborado sem a participação das organizações de catadores de materiais recicláveis e que uma ação de mobilização realizada pela CENTRAC (Centro de Ação Cultural), os levou a participar das audiências para aprovação do Plano juntamente com os apoios e pesquisadores da área.

Farias (2012), observou que os catadores de materiais recicláveis possuem dificuldades em se adaptar a divisão do trabalho individual, o que significa dificuldades de lidar com a produção coletiva. Ele afirma que os laços fracos entre os catadores são responsáveis pela dificuldade de acesso a recursos variados. Devido a essa frágil densidade nas relações, a cooperação é baixa e a autogestão tem pouca viabilidade.

Para a presidente da cooperativa Catamais, a gestão dos resíduos sólidos de Campina Grande está péssima, pois “todo material reciclável está indo para o lixão” ao invés de ir para as cooperativas. Demonstrou entender que o aterro na verdade é um lixão e também sabia da existência dele em Campina Grande. Para ela, a prefeitura não está buscando melhorar a situação da gestão dos resíduos na cidade, pois deveriam eles próprios, os órgãos públicos repassarem o material para os empreendimentos.

Segundo a presidente da cooperativa, o PMGRS-CG está só no papel. As primeiras ações estão sendo o “aterro sanitário” que foi inaugurado em Campina Grande, porém sem ação de coleta seletiva na cidade, muito material reciclável está sendo enterrado juntamente com o lixo no aterro. Ela afirma que esse aterro foi um contrato emergencial realizado com uma empresa privada local, uma vez que o antigo contrato com a prefeitura de Puxinanã para a disposição dos resíduos sólidos em seu território tinha sido finalizado. De acordo com ela, o aterro descrito no PMGRS-CG será outro.

A presidente da associação CAVI afirmou não conhecer como funciona a gestão dos resíduos sólidos em Campina Grande. Sabe apenas que “tem a coleta regular e leva tudo para Puxinanã”. Não tendo citado a mudança do aterro sanitário para Campina Grande. Ela acredita que a gestão dos resíduos sólidos no município precisa melhorar com a implantação da coleta seletiva na cidade e, com o repasse financeiro da prestação de serviços de coleta realizados pelos catadores de materiais recicláveis, o que evitará o envio de material passível de reciclagem para o “aterro”.

Com relação ao PMGRS-CG, a presidente da CAVI afirma que já ouviu falar sobre o assunto em todas as reuniões realizadas pelos apoios, que a CAVI participa, porém, não conhece o Plano e não soube opinar. Ela relata que participou apenas de uma audiência para a elaboração do Plano.

3.8 Organizações de catadores de materiais recicláveis e gestão integrada de resíduos sólidos: diálogos possíveis

No cenário apresentado, considerando-se a importância dos catadores de materiais recicláveis para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos nos estados e municípios e as dificuldades enfrentadas para favorecer a geração de renda por meio de materiais recicláveis, argumenta-se que as empresas podem contribuir mais efetivamente no cenário da gestão compartilhada como catalisador do trabalho das cooperativas e associações. Como se trata de grandes geradores e compradores de resíduos, elas podem, ao estabelecer parcerias com as organizações, contribuir significativamente para o aumento da receita desses empreendimentos.

O Quadro 1 apresenta uma compilação das ações sugeridas pelos atores sociais entrevistados para o fortalecimento das organizações de catadores de materiais recicláveis do município com o intuito de proporcionar a reflexão acerca das estratégias disponíveis para o enfrentamento do cenário estudado.

Quadro 1 – Fortalecimento das organizações de catadores de materiais recicláveis pelos atores sociais envolvidos na cadeia de reciclagem de Campina Grande-PB

Atores sociais	Ações sugeridas
Organizações de catadores de materiais recicláveis	Formação técnica e administrativa; estabelecimento de parcerias com a prefeitura municipal e/ou governos estadual e federal (para aquisição de equipamentos, estrutura e prestação de serviços de coleta seletiva) e empresas (para coleta e/ou venda de material reciclável); melhoria nas relações pessoais dentro e fora das organizações; comercialização em rede.
Prefeitura Municipal de Campina Grande-PB	Estabelecimento de parceria com as organizações de catadores de materiais recicláveis para fomentar o seu desenvolvimento através de formação e estrutura adequada para a realização de seu trabalho; elaboração e execução de programa de coleta seletiva no município; contrato de prestação de serviços das organizações de catadores de materiais recicláveis para a coleta seletiva municipal; realização das atividades previstas no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos; promover campanhas de educação ambiental; Isenção fiscal para empresas que realizem parcerias com as organizações de catadores.
CENTRAC	Fornecer suporte técnico, administrativo e social tendo em vista a autonomia das organizações de catadores de materiais recicláveis.
REDE CATA PB	Fornecer suporte técnico, administrativo e social tendo em vista a autonomia das organizações de catadores de materiais recicláveis.
SACOPLAST	Adquirir os materiais recicláveis comercializados pelas organizações de catadores; incentivo fiscal por parte da prefeitura municipal para as empresas que comercializam com os catadores de materiais recicláveis; promover campanhas de educação ambiental; realizar parcerias com as organizações de catadores de materiais recicláveis que visem o desenvolvimento dessas organizações e, a otimização da logística reversa na cadeia pós-consumo.

Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

As parcerias que envolvem empresas e catadores organizados em cooperativas ou associações podem contribuir para a transformação do cenário atual na forma como a cadeia de reciclagem se estrutura. Iniciativas desse tipo podem ser uma alternativa para diminuir a resistência das empresas que não querem arcar com os custos da logística reversa e não têm interesse em estruturar e coordenar o processo diretamente (DEMAJOROVIC; LIMA, 2013). Incentivos fiscais por parte dos municípios, pode ser uma estratégia para as empresas aderirem a esse tipo de parceria.

Além disso, é preciso investir na estrutura, formação e preparo técnico administrativo das organizações de catadores de materiais recicláveis para que elas apresentem condições de estabelecerem essas e outras parcerias. Com a conquista da autonomia e do entendimento da responsabilidade profissional que possuem, esses empreendimentos podem crescer em busca de melhores ganhos e condições dignas de trabalho, obtendo o reconhecimento devido e uma inclusão efetiva na Gestão Integrada de Resíduos Sólidos como preconiza a Política Nacional de Resíduos Sólidos (lei 12.305/2010).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados levantados nessa pesquisa evidenciaram que o perfil das organizações de catadores de materiais recicláveis de Campina Grande – PB é muito similar umas às outras, especialmente no que diz respeito ao histórico e problemas enfrentados. Essas organizações não possuem autonomia e são dependentes dos apoios das Organizações não Governamentais (ONG's) que os acompanham e das instituições de ensino superior, por meio de docentes e estudantes que mantêm projetos com essas organizações.

De maneira geral, as organizações de catadores de materiais recicláveis, com exceção da CAVI, são carentes de estrutura física e equipamentos, além da pouca formação (que todas possuem), apresentando as mesmas dificuldades descritas na literatura para esse tipo de empreendimento. Além disso, não possuem um modelo de gestão definido, o que dificulta o desenvolvimento da organização e de seus cooperados/associados.

Durante a realização da pesquisa não foi possível entrevistar a cooperativa COTRAMARE situada no município, pois a mesma não autorizou a coleta de dados, alegando que os dados não poderiam sair da cooperativa e, que há um bom tempo, diversos pesquisadores coletam informações para os seus trabalhos, porém não há nenhum tipo de retorno para a cooperativa. Outro obstáculo encontrado durante a pesquisa foi a dificuldade para agendar entrevistas com os atores sociais do setor empresarial, tendo sido coletado dados apenas de uma empresa que participa da cadeia de reciclagem no município. Os sucateiros que foram contatados não quiseram ceder entrevista. Além disso, vale ressaltar que alguns dados cedidos pelas organizações de catadores de materiais recicláveis foram limitados, devido a falta de conhecimento acerca do assunto, como por exemplo, os dados referentes a quantidade de material coletada mensalmente.

Apesar das limitações e dificuldades encontradas para a realização dessa pesquisa, os resultados encontrados estão de acordo com o que está descrito na literatura e os problemas e dificuldades enfrentados pelas organizações de catadores de materiais recicláveis de Campina Grande, são similares ao histórico dos empreendimentos situados no Brasil e, em alguns casos no exterior.

É interessante ressaltar que nas pesquisas futuras dessa área possam ser confrontados os dados de mais de uma empresa privada e dos sucateiros, o que permitiria maior riqueza de informação para a proposição de soluções para o problema levantado. Além disso, recomendamos que sejam realizadas pesquisas no sentido de viabilizar formas de parcerias entre prefeitura, empresas e as organizações de catadores de materiais recicláveis para o estabelecimento da coleta seletiva e da cadeia pós-consumo.

REFERÊNCIAS

ABREU, B.; NETO, S.; MORAIS, P.; ABREU, I.; MORAIS, J. Gestão de Resíduos Sólidos e suas contribuições no Processo de Preservação Ambiental e Inclusão Social. **Revista Educação Agrícola Superior. Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior- ABEAS**, v. 23, n. 1, p. 10-16, 2008.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.ministeriodomeioambiente.gov.br/>>. Acesso em: mar. 2015.

BRASIL. **Guia para Implantação dos Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos nos Municípios**. Brasília, 2011.

BRASIL. **Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei 12.305**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2 ago. 2010a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm> Acesso em: abril 2014.

_____. **Pesquisa Nacional de Saneamento** – IBGE, 2010b.

BRASIL. **Decreto Federal n. 5.940**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Cadastro Brasileiro de Ocupações**. Brasília, 2002.

BRINGHENTI, J. R.; GUNTHER, W. M. R. Participação social em programas de coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos. **Engenharia Sanitária Ambiental**, v. 16, n. 4, p. 421-430, 2011.

CARMO, M. S. A semântica “negativa” do lixo como fator “positivo” à sobrevivência da Catação – Estudo de caso sobre a associação dos recicladores do Rio de Janeiro. In: **Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação em Pesquisa em Administração - ENANPAD**, Brasília-DF, 2005.

CARMO, M. S.; ARRUDA, R. G. L. O Trabalho com Resíduos – Considerações sobre Reconhecimento Social e Identidade Profissional de Classificadores. DOI: 10.5773/rgsa. v4 i1. 220. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 4, n. 1, 2010.

CARVALHO, A. M. R. **Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis-COOCASSIS: espaço de trabalho e de sociabilidade e seus desdobramentos na consciência**. 2008. 310 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

CAVALCANTE, L. P. S.; MAIA, H. J. L.; SILVA, M. M. P.; SOUSA, R. T. M.; NASCIMENTO, J. M. Relação entre a organização dos catadores de materiais recicláveis em associação com as condições de trabalho insalubres daqueles que atuam na informalidade, em Campina Grande - PB. In: **Anais, 27º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental**. Goiânia-GO, 2013.

CAVALCANTE, L. P. S.; SILVA, M. C. V. G.; ALENCAR, L. D.; VASCONCELOS, S. C. S.; ASSIS, D. S. Avaliação das condições socioambientais de uma associação de catadores de materiais recicláveis em Campina Grande – PB. In: **Anais, III Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental**. Goiânia-GO, 2012.

CEMPRE. **Compromisso Empresarial para Reciclagem**. 2010. Disponível em: <<http://cempre.org.br/>>. Acesso em: 15 mar 2015.

DEMAJOROVIC, J.; CAIRES, E. F.; GONÇALVES, L. N. S.; SILVA, M. J. C. Integrando empresas e cooperativas de catadores em fluxos reversos de resíduos sólidos pós-consumo: o caso Vira-Lata. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 12, n. 3, p. 513-532, 2014.

DEMAJOROVIC, J.; LIMA, M. **Cadeia de reciclagem: um olhar para os catadores**. SESC, 2013.

FARIAS FILHO, M. C. Rede de catadores de materiais recicláveis: perspectiva para a organização da autogestão. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 4, n. 3, p. 341-364, 2012.

GOUVEIA, N. Resíduos Sólidos Urbanos: Impactos Socioambientais e Perspectiva de Manejo Sustentável com Inclusão Social. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, p. 1503-1510, junho, 2012.

JACOBI, P. R.; BESEN, G. R. Gestão de resíduos sólidos em São Paulo: desafios da sustentabilidade. **Estudos Avançados**, v. 25, n. 71, p. 135-158, 2011.

LEAL, A. C.; JÚNIOR, A. T.; ALVES, N.; GONÇALVES, M. A.; DIBIEZO, E. P. A. Reinserção do lixo na sociedade do capital: uma contribuição ao entendimento do trabalho na catação e na reciclagem. **Revista Terra Livre**, São Paulo, v. 18, n.1 9, p. 177-190, 2002.

MAGERA, M. **Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade**. Campinas, SP: Editora Átomo, 2003.

MAIA, H. J. L.; CAVALCANTE, L. P. S.; SOUZA, M. A.; SILVA, M. M. P. A Aplicação da Lei 12.305/10 como Instrumento de Inclusão Social e Reconhecimento Profissional de Catadores de Materiais Recicláveis. In: **Anais, IV Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental**. Belo Horizonte-MG, 2013.

MEDEIROS, L. F. R.; MACEDO, K. B. Profissão: catador de material reciclável, entre o viver e o sobreviver. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 3, n. 2, p. 72-94, maio/ago. 2007.

MNCR. **Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis**. Disponível em: <<http://www.mncr.org.br/>>. Acesso: 16 mar. 2015.

MONTEIRO, J. H. P.; FIGUEIREDO, C. E. M.; MAGALHÃES, A. F.; MELO, M. A. F.; BRITO, J. C. X.; ALMEIDA, T. P. F.; MANSUR, G. L. **Manual de gerenciamento integrado de resíduos sólidos**. Rio de Janeiro: Ibam. 2001.

NÓBREGA, C. C.; LIMA, J. D.; FLORES, J. P. Análise do processo de implantação do programa de coleta seletiva na cidade de João Pessoa – PB. In: **23º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental**. Anais, 2005.

OLIVEIRA, D. A. M. **Percepções de riscos ocupacionais em catadores de materiais recicláveis**: estudo em uma cooperativa em Salvador-Bahia. 2011. 175 f. Dissertação (mestrado em saúde, ambiente e trabalho) – Faculdade de Medicina da Bahia. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2011.

PEREIRA, M.; TEIXEIRA, M. A inclusão de catadores em programas de coleta seletiva: da agenda local à nacional. **Cad. EBAPE. BR**, v. 9, n. 3, p. 895-913, 2011.

RIBEIRO, H.; BESEN, G. R. Panorama da coleta seletiva no Brasil: desafios e perspectivas a partir de três estudos de caso. **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, v. 2, n. 4, 2007.

RIBEIRO, L. A.; SILVA, M. M. P.; LEITE, V. D.; SILVA, H. Educação ambiental como instrumento de organização de catadores de materiais recicláveis na Comunidade Nossa Senhora Aparecida, Campina Grande-PB. **Revista de Biologia e Farmácia**, v. 5, n. 2, p. 59-72, 2011.

SILVA, M. M. P.; LEITE, V. D.; CAVALCANTE, L. P. S.; CLEMENTINO, A. S. G.; OLIVEIRA, A. G. Educação Ambiental para organização e reconhecimento de catadores e catadoras de materiais recicláveis em Campina Grande-PB; estratégia para gestão integrada de resíduos sólidos. **Anais. V Semana de Extensão da UEPB: Desenvolvimento Regional, Políticas Públicas e Identidades**, Campina Grande-PB, 2010.

SILVA, M. M. P.; OLIVEIRA, S. C. A.; OLIVEIRA, A. G.; SOARES, L. M. P.; RIBEIRO, V. V. Sensibilização e formação para empoderamento de tecnologia de resíduos sólidos orgânicos domiciliares em Santa Rosa, Campina Grande – PB. In: **26º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental**. Anais, 2011.

SILVA, M. M. P.; RIBEIRO, L. A.; CAVALCANTE, L. P. S.; OLIVEIRA, A. G.; SOUSA, R. T. M.; OLIVEIRA, J. V. Quando Educação Ambiental faz a diferença, vidas são transformadas. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado de Educação Ambiental**, v. 28, 2012.

SIMONETTO, E. O.; BORENSTEIN, D. Gestão Operacional da Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos Urbanos – Abordagem utilizando um Sistema de Apoio à Decisão. **Gestão e Produção**, v. 13, n. 3, p. 449-461, 2005.

SOUZA, M. A.; SILVA, M. M. P.; BARBOSA, M. F. N. Os catadores de materiais recicláveis e sua luta pela inclusão e reconhecimento social no período de 1980 a 2013. **Revista Monografias Ambientais**, v. 13, n. 5, p. 3998-4010, 2014.